

Belo Monte e processos de licenciamento ambiental: As percepções e as atuações dos Xikrin e dos seus antropólogos

Clarice Cohn

Quando primeiro cheguei na região de Altamira, nada se falava sobre a construção de hidrelétricas no Xingu.¹ Era 1992, e poucos anos antes o encontro realizado em Altamira, que reuniu, em 1989, Paulinho Paiakan, Raoni, Marcos Terena, Airton Krenak, políticos diversos e o cantor Sting, havia dado o golpe final ao plano de construção do complexo de aproveitamento hidrelétrico do Xingu, que previa as barragens de Babaquara e Kararaô. O projeto fora embargado, tudo parecia resolvido, e era esse o clima geral.

Tudo havia de fato começado anos antes: para o governo, na década anterior, já que desde meados de 1970 estudavam o potencial hidrelétrico da região; para aqueles que se posicionavam contra as barragens, os passos na direção deste grande encontro tiveram início com a visita de Paulinho Paiakan e Kube-I Kayapó aos Estados Unidos da América, acompanhados pelo antropólogo Darrel Posey, estudioso dos Kayapó, etno-biólogo e pesquisador do Museu Goeldi, onde denunciaram a participação do Banco Mundial no financiamento da obra com grande impacto ambiental e sobre as terras indígenas que margeiam o Xingu. O evento deu grande visibilidade ao caso, inclusive por seus despautérios, que vieram a alimentar a controvérsia, como o enquadramento dos dois indígenas na lei de estrangeiros.

O fato é que o encontro de 1989 foi um grande sucesso. Reunindo quase 700 índios de todo o país, deputados federais, o Presidente do IBAMA, o prefeito de Altamira e figuras como o cantor pop Sting, ganhou grande visibilidade na mídia

¹ Agradeço a comissão editorial da **R@U** pelo convite para escrever este texto, e aos alunos em geral, do PPGAS-UFSCar e da graduação em Ciências Sociais dessa Universidade, por me acompanharem neste processo, sempre querendo conhecê-lo melhor e compreendendo minhas ausências, quando foram necessárias. Agradeço especialmente Camila Beltrame e Aline Iubel. Agradeço também meus colegas do PPGAS-UFSCar, apoio constante e antropólogos de mão cheia que têm me auxiliado a passar por isso e entendê-lo um pouco melhor. Agradeço ainda a Isabelle Giannini, parceira neste processo, que tem me acompanhado nesta minha nova relação com os Xikrin.

nacional e internacional. Além disso, teve grande impacto na mobilização indígena; Terence Turner (1991) demonstra como Paiakan organizou e mobilizou a reunião como a um ritual, com a eficácia organizacional e ritual que com isso adveio.

Os tempos eram outros, também: à época, o governo brasileiro dependia do financiamento do Banco Mundial para a construção das sete barragens previstas no complexo de aproveitamento hidrelétrico. À época, o Banco Mundial não havia estabelecido os procedimentos que casos como estes o obrigaram a definir, pelos quais condiciona o financiamento de projetos de governos a estudos e pareceres técnicos e consultas aos afetados e, em geral, ao público alvo dos programas por eles apoiados. À época, os impactos previstos tinham dimensões gigantescas e afetavam uma grande parcela das terras indígenas distribuídas ao longo dos Rios Xingu e Iriri. O famoso gesto de Tuira, prima de Paiakan, com seu facão empunhado em advertência na face do então diretor da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, que compunha a mesa no Ginásio Poliesportivo de Altamira, ganhou destaque nos jornais do mundo todo, e tornou-se o grande símbolo da luta dos povos indígenas contra a inundação de suas terras.²

Como disse, quando cheguei a Altamira, no início da década de 1990, parecia estar tudo resolvido. No entanto, se estava trabalhando para viabilizar a obra minimizando seus impactos. Assim, o projeto foi revisto e remodelado, e apresentado como tendo diminuído os impactos sociais e ambientais da obra. Com isso, diminuíram também o impacto midiático da mobilização contrária às barragens, assim como a própria mobilização. Assim, o que se apresentava como uma viabilidade ambiental deve ser lida, também, como uma viabilização política, minimizando os impactos midiáticos contrários ao empreendimento, a mobilização e o apoio a ela. O projeto foi incorporado ao Avança Brasil, plano plurianual do governo FHC para 2000-2003, e, posteriormente, ao PAC, o Programa de Aceleração de Crescimento, em suas duas versões no Governo Lula (o PAC 1 e o PAC 2), como obra prioritária. O novo projeto apresentava diminuía as áreas inundadas, transferindo o impacto ambiental da inundação dos leitos do Xingu e do Iriri ao da seca da Volta Grande do Xingu, com impactos regionais e nas bacias hidrográficas a ela associadas.

² Veja-se o livro organizado por Oswaldo Sevá, *Tenotã-Mõ, Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*, publicado pelo International Rivers Network em 2005, disponível pela internet <http://www.internationalrivers.org/files/Tenotã-Mõ.pdf>; os dados disponibilizados pelo site do Instituto Socioambiental, <http://www.socioambiental.org/>; e o livro organizado por Lucia Andrade e Leinad Ayer O. Santos, *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*.

Em 2010, tudo havia mudado de figura. E o mapa dos impactos, assim como os afetados, também mudou, o que tem exigido contínuas reconfigurações – nos estudos de impacto ambiental, mas também na mobilização contrária à barragem. Os efeitos dessas mudanças têm sido grandes, com complexas reverberações. Os Xikrin se veem repentinamente no olho do furacão, e, neste mosaico de novos atores e de mudanças nos impactos, têm que descobrir novas saídas, novos procedimentos, novos aliados e alianças. Certamente, este é o maior desafio por eles enfrentado nas últimas décadas, desde que decidiram por aceitar o contato e se instalar definitivamente às margens do Rio Bacajá, em meados do século XX, e seus temores pelo destino do rio e pelo futuro de suas crianças é dos primeiros, e nada desprezíveis, impactos do projeto.

Mudanças de planos: o novo projeto e os Xikrin

Tal como se apresenta hoje, Belo Monte terá impactos diretos, e ainda pouco esclarecidos, sobre os Xikrin e a Terra Indígena Trincheira-Bacajá, onde estão suas atuais seis aldeias. A T.I. é cruzada pelo Rio Bacajá, que nasce ao sul da terra, fora da área indígena, corre por toda ela, sai, corre pelas fazendas que a margeiam, passa então pelas terras dos Arara da Volta Grande do Xingu, e desemboca no Rio Xingu. Acontece que o projeto atual prevê o que se denominou a “Vazão Reduzida” da Volta Grande do Xingu, ou seja, a diminuição do fluxo de água no Rio Xingu exatamente onde desemboca o Bacajá. Quais serão as consequências disso para o Bacajá e para os Xikrin ainda não se sabe ao certo.

Retomemos o fluxo de nossa história: no projeto anterior, a barragem que seria construída no Sítio Pimental, ou no Bananal, como é conhecido regionalmente, serviria para fazer o barramento do rio, que iria correr pelas turbinas para a geração de energia. As terras que ficavam a montante da barragem seriam inundadas, o que afetaria as terras que estavam às margens no Xingu nesta região de Altamira – Kararaô, dos Kararaô, Koatinemo, dos Asurini do Xingu, Cachoeira Seca e Laranjal, dos Arara, Ipixuna, dos Araweté, e Apiterewa, dos Parakanã –, assim como os povos indígenas que se encontravam mais a montante, nas várias Terras Indígenas dos Kayapó, e no Parque Indígena do Xingu, que compreende muitas etnias. Como dizíamos logo acima, a quantidade, em números absolutos, de indígenas afetados, e a diversidade, em termos étnicos, linguísticos e culturais, dos povos afetados, assim como a diversidade dos

ambientes impactados nos Rios Xingu e Iriri, em longo curso que chegava quase às suas cabeceiras, dava à mobilização grande peso e visibilidade.

No projeto atual, o barramento não servirá mais para a formação de um grande reservatório de águas, que inundaria assim muitas terras indígenas. Ele preparará o desvio do rio, a acontecer por meio dos “Canais de Derivação” a serem implodidos para levar as águas do Xingu às turbinas que serão instaladas onde hoje está o município de Belo Monte – de onde vem o novo nome do empreendimento. Por diminuir os reservatórios, estes projetos são chamados de “fio d’água,” outro belo nome que escamoteia a vultuosidade das obras e dos impactos necessários. Diz-se que se aproveitará o curso de igarapés que estão na região entre o Sítio Pimental e Belo Monte – mas ficou conhecida a ilustrativa comparação que diz que, para construir os canais, será necessário remover quantidade de terra semelhante ao que se fez necessário escavar para a construção do Canal do Panamá para ligar os oceanos Atlântico ao Pacífico.

Com o desvio das águas, o Rio Xingu secaria na sua Volta Grande, um pedaço do rio encachoeirado que desenha um laço que, nas pontas de suas curvas, quase faz encontrar os municípios de Altamira, onde tem início este percurso, e o de Belo Monte, ao seu final, e que é um ambiente biótico e ecológico de grande riqueza e diversidade. Este laço teria suas pontas feitas encontrar pelo canal de derivação, e a grande volta deixaria de existir. Praticamente: porque, para garantir a reprodução da ictiofauna que nela vive, se designou um hidrograma de “vazão reduzida,” pelo qual se deixa correr um volume de águas que fora calculado como necessário para a sobrevivência da fauna e da vegetação das margens do rio. Este volume de água, porém, é mínimo, e se prevê um regime de alternância entre o que se poderia chamar de o mínimo necessário e metade desse valor em anos alternados.

O impacto da Vazão Reduzida sobre a diversidade ambiental da Volta Grande do Xingu é imenso, e tem sido debatido em diversas fontes³. Mas há outro imenso impacto, sobre as pessoas que lá vivem, pescam, cultivam nas margens do rio, têm suas casas, e navegam pelo rio. Dentre elas, os Xikrin. Como eles, novos atores são colocados em cena: os ribeirinhos que vivem no Xingu na sua Volta Grande, comunidades como as da Ilha da Fazenda, e povos indígenas como os Juruna do Km. 17 e da Terra Indígena Paquiçamba e os Arara da Volta Grande do Xingu. Todos estes vivendo diretamente no

³ Veja-se por exemplo a entrevista concedida pelo professor de Pós-graduação do Instituto de Energia e Eletrotécnica da USP, Célio Bermann, ao Instituto Socioambiental em 2002, disponível em <http://www.socioambiental.org/esp/bm/esp.asp>, e seus artigos recentes (Bermann 2010, 2008, 2007).

Rio Xingu, de onde tiram seus alimentos, seus recursos, e onde navegam. Canoeiros, os Juruna – para dar apenas um exemplo – deverão ver o rio se afastar de sua aldeia no Paquiçamba ao ter sua vazão reduzida – o que, como já deve ter ficado claro, é um eufemismo para sua seca –, correndo o risco de um dia se verem precisando carregar seus barcos e suas canoas até o rio, cuja navegabilidade nestas condições ainda são incertas.

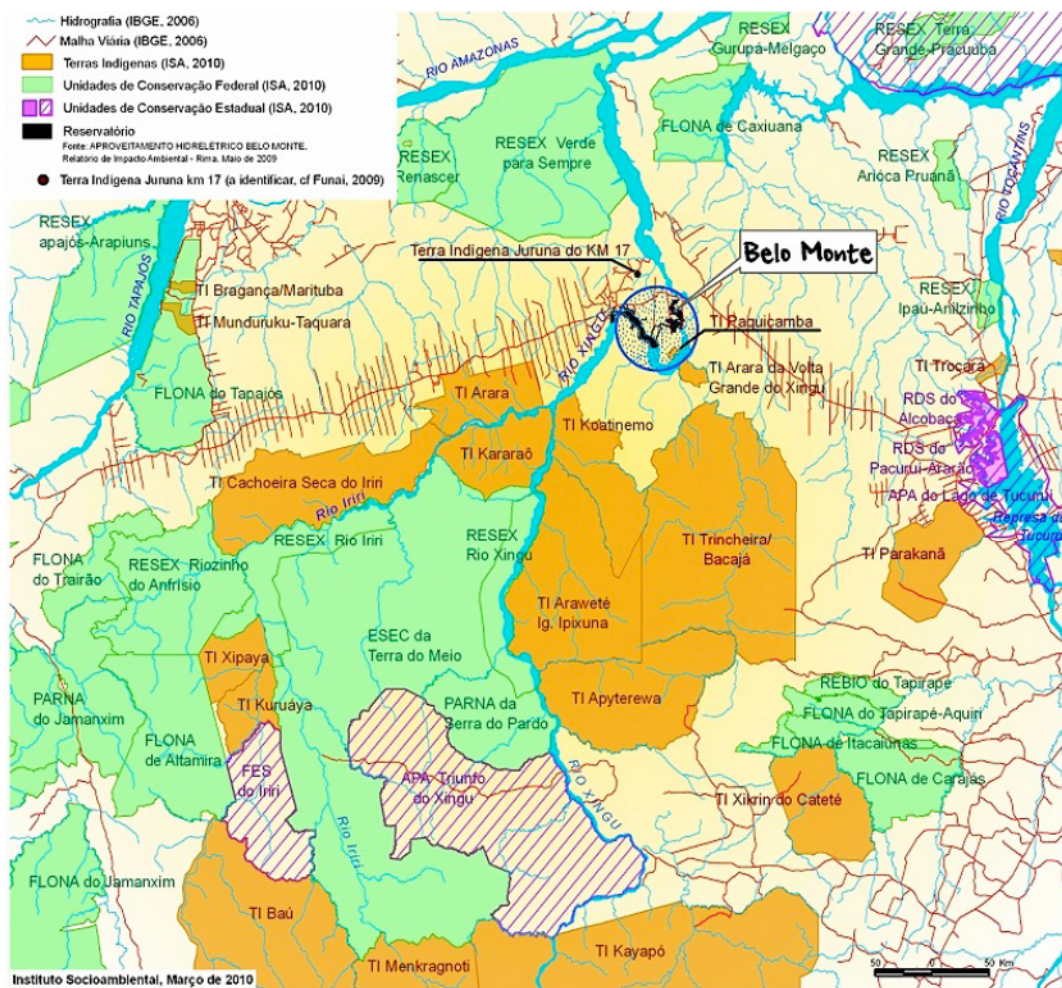


Figura 1: “Usina Hidrelétrica Belo Monte: Terras Indígenas e Unidades de Conservação Federais no entorno,” Fonte: Instituto Socioambiental, março de 2010

Mas e o Rio Bacajá? Seu futuro é igualmente incerto. Afinal, suas cabeceiras estão em outro canto, e ele compõe sua própria bacia hidrográfica, em dada medida autônoma em relação ao Xingu. Não tendo sido estudado nestas décadas de estudos – que têm início desde os inventários do potencial hidrelétrico da região, e com os estudos de viabilidade técnica e econômica, e que continuam com os estudos de impacto ambiental e, nesta última década, com os Estudos de Complementação da Viabilidade do

Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte – a urgência de se conhecer os possíveis impactos no Rio Bacajá caso o empreendimento seja construído vem se tornando cada vez mais clara. É isso o que demonstram os estudos por nós feitos, e esperamos possamos estudar mais.

O Estudo de impacto ambiental e o “componente indígena” Xikrin

Em 2008, definem-se os estudos do componente indígena dos impactos ambientais para o projeto de Belo Monte que prevê os canais de derivação e a Vazão Reduzida da Volta Grande do Xingu. Isso é feito com o intermédio da FUNAI, que negocia suas condições com o consórcio que realiza os estudos. É a FUNAI que, dada a necessidade de se realizar estudos de impacto ambiental que afetem populações indígenas, reúne-se com ela e lhe consulta sobre as pessoas de sua confiança que eles gostariam que colaborassem para elaborar os estudos. É a FUNAI também quem recebe os estudos e prepara um parecer técnico a partir dos estudos particulares realizados. É este órgão também quem intermedia a elaboração dos Planos Básicos Ambientais, pelos quais se elabora medidas de mitigação e compensação dos impactos, também no que diz respeito às populações indígenas (o PBA indígena).

No caso de Belo Monte, com a mudança no projeto de construção do empreendimento e as mudanças decorrentes nos impactos, foram definidos quatro grupos para estudo para dar continuidade aos estudos que já se fazia. No grupo 1, foram estudados os impactos para os Juruna do Km. 17 e da Terra Indígena Paquiçamba e os Arara da Volta Grande do Xingu. No Grupo 4, os índios citadinos e da Volta Grande do Xingu. Estava previsto também o Grupo 3, composto pelas Terras Indígenas da etnia Kayapó, sobre o qual diz o Parecer:

“Embora não houvesse previsão de estudos para o Grupo 03, a comunicação e esclarecimento junto a esse grupo tratou-se de condição sine qua non para a análise do componente indígena. A reunião de comunicação deveria ter sido realizada, de preferência e conforme planejamento inicial da Funai, antes do início dos estudos, ou, na pior das hipóteses, antes da finalização dos estudos.” Reunião realizada, segundo este documento, em julho de 2009.

Os Xikrin, que estavam previstos para constar dos estudos do grupo 1, passaram a constar do grupo 2, composto ainda dos estudos nas Terras Indígenas Arara, Cachoeira Seca (Arara), Kararaô (Kararaô), Koatinemo (Asurini do Xingu), Ipixuna (Araweté) e

Apyterewa (Parakanã), a partir de demanda do consórcio responsável pelos estudos acatada pela FUNAI:

Após a segunda reunião com as comunidades da TI Trincheira Bacajá, o grupo de empreendedores, através da Eletrobrás, enviou ofício à Funai solicitando que a Terra Indígena Trincheira Bacajá fosse considerada como integrante do Grupo 02, ao invés do Grupo 01. Tal fato se justificaria uma vez que a inclusão da TI Trincheira Bacajá no Grupo 1 se deu em relação ao acesso da comunidade daquela terra indígena ao rio Xingu pelo Rio Bacajá, bem como do uso que essas comunidades indígenas fazem desse rio. Conforme indicado pela Eletrobrás, ambos os temas estariam sendo devidamente estudados, com levantamento de campo e dados primários, a partir dos estudos que estavam sendo realizados na TI Arara da Volta Grande. A partir da argumentação apresentada, a Funai acatou a solicitação e acrescentou a TI Trincheira Bacajá ao Grupo 2. (FUNAI 2009: 32)

A particularidade do Grupo 2 era que, diferente dos Grupos 1 e 4, nele uma parte da pesquisa poderia ser feita a partir de dados secundários. A equipe a realizar o estudo ficaria responsável então por reunir o material existente sobre os Xikrin e sobre o rio e sua bacia hidrográfica, e, por indicação dos Xikrin, eu vim a integrar a equipe, coordenada pela bióloga e antropóloga Isabelle Vidal Giannini, com grande experiência de pesquisa e atuação em projetos com os Xikrin do Cateté.⁴ De fato, foi possível fazer, ainda em 2009, uma viagem a campo de 10 dias, na qual pudemos navegar pelo rio, marcar os pontos relevantes para sua exploração, manejo e navegação, tal como o fazem os Xikrin, e os pontos de restrição de navegação etc.: foi um verdadeiro reconhecimento de área, para o qual contribuíram os Xikrin, nos acompanhando ao longo do rio na ida e na volta desde Altamira, indicando os pontos relevantes, e dando sua apreciação sobre os impactos que adviriam da construção da barragem. Uma imagem de satélite também foi trabalhada em cada aldeia com os homens xikrin, que lá apontaram os usos que fazem do rio para navegação, pesca, acesso às roças e às rotas de caça e coleta, viagens e translados: em suma, documentando toda a importância que o rio tem hoje para eles.

Deixarei os detalhes deste processo para adiante, quando poderei apresentar a inserção dos antropólogos nestes estudos e a participação dos Xikrin. Aqui, quero ressaltar que todo o estudo feito até o momento por profissionais especializados em rios e

⁴ Os Xikrin indicaram também dois antropólogos que com eles estiveram nestas últimas décadas: William Fisher, que com eles estuda desde a década de 1980, e Paride Bollettin, que iniciou recentemente suas pesquisas na aldeia de Mrotidjam. No entanto, eles não puderam ser indicados pela FUNAI por sua origem estrangeira e atuação em universidades estrangeiras – Fisher é norte-americano e professor na William & Mary College, e Bollettin é italiano e doutorando na Universidade de Pisa. A ideia dos Xikrin era a de dividir os antropólogos pelas aldeias, garantindo um interlocutor privilegiado a cada aldeia, em um movimento e uma lógica muito típicos a eles.

ictiofauna sobre o Rio Bacajá, em especial sobre seu curso na Terra Indígena, teve por fonte dados secundários, tais como imagens de satélite, e que os profissionais por ele responsáveis, que analisaram a ictiofauna e a bacia hidrográfica do Bacajá, não puderam, porque não lhes foi dado tempo para tal, realizar viagens de campo e pesquisa, como se verá abaixo. Ao final, concluiu-se pela necessidade de tais viagens e de tal estudo.

O Parecer Técnico 21, emitido pela FUNAI após análise dos estudos do componente indígena (FUNAI 2009), prossegue, revendo sua decisão de alocar a TI Trincheira-Bacajá no grupo 2:

Após a realização e entrega dos estudos, foram percebidas algumas questões que não puderam ser previstas em etapas anteriores: a TI Trincheira Bacajá, prevista originalmente para integrar o Grupo 01 - devido ao acesso da comunidade indígena ser feito, quase que exclusivamente, pelo Rio Bacajá, foi deslocada para o Grupo 02 uma vez que esse acesso fluvial estaria sendo amplamente estudado tanto pela equipe do meio físico como pelas equipes responsáveis pelos estudos na TI Arara da Volta Grande e na TI Paquiçamba. Após a análise prévia dos estudos entregues verificou-se a necessidade de maior detalhamento sobre essa questão em função da dependência das comunidades da TI Trincheira Bacajá do rio Bacajá e da falta de dados sobre o regime hídrico e a dinâmica da ictiofauna em toda extensão desse rio. (FUNAI 2009: 35)

Assim, definiu-se os Estudos Complementares do Rio Bacajá como uma das quatro condicionantes apresentadas pela FUNAI para a emissão da licença prévia, o que foi acatado pelo IBAMA. Isso quer dizer que, para ter a licença de implantação, os empreendedores têm que ter cumprido as 44 condicionantes definidas pelo IBAMA, dentre elas os estudos complementares do Rio Bacajá.⁵

No entanto, como já acontecera anteriormente, os estudos demoraram a ter início. Embora conhecida sua necessidade pelos Xikrin desde abril de 2009, quando me reuni com alguns deles em Altamira por uma semana estudando a documentação da FUNAI e a licença prévia emitida pelo IBAMA, e eles estivessem esperando a realização destes estudos, já que o futuro do Bacajá e as condições de navegação na Volta Grande são sérias preocupações suas, os estudos não tinham início. Não foi antes de meados de outubro que fui contatada pelos responsáveis pelos estudos previstos nas condicionantes, e por exigência da FUNAI, para contribuir na elaboração dos estudos complementares do Bacajá. Isso porque os estudos de impacto no Bacajá estavam até então sendo realizados apenas nos 50 km de sua foz, ou seja, nos 50 km do Rio Bacajá antes de ele

⁵ Enquanto escrevo, a mídia noticia a polêmica sobre o licenciamento provisório, solicitado pelo consórcio vencedor do leilão para adiantar a construção dos canteiros de obras, o que lhes adiantaria todo o processo, tendo em vista o regime de chuvas da região. Por enquanto, está-se garantindo o cumprimento das condicionantes, sem se ceder licenciamentos provisórios. Vamos ver.

encontrar o Xingu, sob argumentação de que os impactos previstos da vazão reduzida do Xingu no Bacajá não ultrapassariam 25 km, e que não se deveria superestimar a pressão antrópica sobre a área. A FUNAI, então, teve que reafirmar sua condicionante, de que os estudos complementares do Rio Bacajá possibilitassem prever os impactos sobre o rio e sobre os Xikrin, de acordo com os usos que eles fazem deste rio.⁶

A urgência desses estudos pode ser medida pelo fato de que os Planos Básicos Ambientais, PBA, em seu componente indígena, devem estar prontos até abril de 2011. É pelos Planos Básicos Ambientais que se define as medidas de mitigação e compensação dos impactos gerados pela construção de um empreendimento. Claro está, portanto, que os impactos devem ser plenamente conhecidos para que tais medidas possam prevêê-los e conseqüentemente mitigá-los e compensá-los de modo adequado. Um estudo de impacto ambiental em um rio amazônico deve contemplar todas as suas vazões – ou seja, sua cheia, vazante, seca e enchente. Assim, o estudo só estará completado um ano após seu início, quando todo o ciclo se completar e for acompanhado.

Os estudos já nascem, portanto, atrasados; o que se pode garantir, neste caso, como tem buscado fazer a FUNAI, é a interlocução com a equipe que elabora os PBA, ao menos o PBA indígena, e a que faz os estudos complementares do Rio Bacajá. A questão que fica é: e o que fazer, nestes e em tantos outros casos, com os impactos que se pode prever, mas não a tempo suficiente para que mudanças necessárias nos planos de engenharia possam ser feitas? Ou mesmo para que os impactos possam ser contemplados não apenas no PBA indígena – caso em que, não fora o contato das equipes, de qualquer modo a FUNAI pode intermediar – mas nos Planos Básicos Ambientais como um todo, e que não puderam ser previstos porque não devidamente estudados a tempo?

Os estudos de impacto ambiental no Rio Bacajá

Os estudos de impacto ambiental do Rio Bacajá começaram a ser realizados tardiamente. Se há décadas se pode acompanhar o movimento dos estudos de impacto ambiental nos Rios Xingu e Iriri, há pouco apenas a atenção se voltou à Volta Grande do Xingu, onde se prevê a “vazão reduzida,” e ainda não se realizou efetivamente os estudos complementares do Rio Bacajá. Parece ser uma constante dos estudos de

⁶ Além dos estudos complementares do Rio Bacajá, também foram contemplados com estudos complementares os Xipaia e Curuaia, cujas Terras Indígenas não haviam sido estudadas até então.

impacto quando estão em questão as populações indígenas: seu atraso. Isso, claro, tem sérias consequências: os impactos não são definidos a tempo de se poder propor e estudar mudanças no projeto dos empreendimentos, ou mesmo para definir com precisão as mitigações e compensações. Se este é um problema constante, certamente se revela muito grave no caso dos Xikrin.

A começar, os estudos só passaram a contemplar os Xikrin do Bacajá, e o Rio Bacajá, a partir de 2008. Depois, uma primeira leva dos estudos foi realizada com a metodologia dos dados indiretos, tendo-se definida a junção dos Xikrin ao Grupo 2, para os quais os estudos seriam realizados apenas com dados secundários, inclusive os disponibilizados para as equipes advindos do Estudo de Impacto Ambiental que estava sendo realizado e a essa altura em processo de finalização – enquanto, frise-se mais uma vez, os estudos relativos aos indígenas impactados se iniciavam. Os dados referiam-se a apenas três pontos de estudos e mensuração no Rio Bacajá, e de resto podia-se contar apenas com imagens de satélite. As equipes de estudo do Grupo 2 se dividiram então em 2, uma se dedicando aos povos do Xingu a montante da barragem e do Iriri, e a segunda para o Rio Bacajá, composta por mim, por Isabelle Vidal Giannini, coordenadora, por Roberto Giannini, oceanógrafo, Oswaldo Nogueira, geógrafo, Gerson Edson Ferreira Filho, estatístico, Márcia Viotto Darci Gonçalves, engenheira cartográfica .

Nossa equipe, por sua vez, dividiu o trabalho em duas partes, uma de escritório e outra de campo, o que foi negociado pela coordenadora, demonstrando ser impossível fazer o estudo sem a participação dos Xikrin e sem ouvi-los. O trabalho de campo foi feito por mim e por Isabelle Giannini, como antropóloga e bióloga, e teve a duração de apenas 10 dias, nos quais visitamos todas as aldeias da TI Trincheira-Bacajá. Fizemos o percurso desde Altamira de barco contratado, subindo o rio até a primeira aldeia a montante, e retornando parando então nas demais.

Em cada aldeia, na primeira reunião coletiva, apresentávamos o projeto do empreendimento, cuja mudança era até então desconhecida pelos Xikrin, e todo o material que à época dispúnhamos, e que havia sido preparado pelo Oswaldo Nogueira: mapas topográficos e de relevo, mapas retirados do material a nós disponibilizado dos estudos que estavam sendo feitos, e da previsão do canal que seria mantido na vazão reduzida da Volta Grande. Em Altamira, foi-nos dado também, pelo escritório local do Instituto Socioambiental, um mapa com a ocupação e o desmatamento da região, que levamos conosco. Levamos também uma grande imagem satélite da Terra Indígena.

Assim, apresentávamos o projeto tal como estava sendo planejado, as consequências previstas para a vazão reduzida e o canal restante da Volta Grande do Xingu de acordo com essas previsões, a situação da ocupação na região da TI, imagens da topografia em mapas e imagens satélite. Os mapas eram apresentados e explicados, e depois circulavam entre as pessoas, que os estudavam e debatiam. Grande parte do debate era sempre dedicado às mudanças no projeto, e o fato de que os Xikrin haviam sido mantidos na ignorância sobre essas mudanças tanto pelo governo quanto pela Eletronorte e pela população civil mobilizada contra a construção de Belo Monte não cansava de nos surpreender. Claro, eu seria uma das pessoas que poderia tê-los mantido informados, mas confesso ter sido pega tão de surpresa quanto eles. Quando estive em Altamira em 2008, para o evento organizado pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre⁷, ainda ouvia falar da inundação – a seca, ou a vazão reduzida, como é mister dizer, foi para mim também uma novidade. Grande parte do movimento que resistia à construção da barragem foi igualmente pega de surpresa, e, não tendo histórico de parceria com os Xikrin, também não souberam como com eles dialogar e a eles informar as mudanças (radicais) do projeto e suas consequências para eles.

Enfim, depois de apresentadas as mudanças do projeto e as condições da TI, os Xikrin se reuniam para debater sua percepção dos impactos que imaginariam advir. Só então nos reuníamos novamente com eles para que eles pudessem debater conosco, tirar dúvidas, rever e debater o material, mas principalmente para nos transmitir suas conclusões, propostas e percepções dos impactos. Gravávamos estas falas, para nosso uso posterior na elaboração do relatório, mas também para guardar como registro, que eram frequentemente realizadas ao modo da fala formal masculina, estando o orador em pé, adornado, portando a borduna ou flechas, e usando a entonação da voz típica a esta oratória. Às vezes, frequentemente quando o orador era mais jovem, o discurso podia ser proferido com ele se mantendo sentado onde havia se posicionado durante a reunião, quando nos aproximávamos deles. Apenas em uma aldeia, Pàtkrô, as mulheres se manifestaram publicamente e tendo em vista a gravação de sua fala. Nas outras, ou se sentava ao lado de seus maridos e familiares na reunião – caso de Pukayakà – ou se mantinham rodeando a casa central onde as reuniões ocorriam, local de reunião dos homens ao fim da tarde.⁸

⁷ Veja o site mantido pelo movimento, <http://www.xinguvivo.org.br/>.

⁸ Veja-se Fisher 1991 para uma comparação entre o associativismo masculino e feminino, e os espaços a ele correspondente; veja-se também Vidal 1977, Turner 1979 e Lea 1986.

Elaboramos com os Xikrin um mapa de uso e ocupação do rio, que teve por resultado um mapa fascinante. Abrindo no chão a imagem satélite que levamos, de grandes dimensões, marcávamos os locais de pesca, de acesso a rotas de caça e coleta, a roças e castanhais, os canais de navegação, etc. o mapa ficou riquíssimo, e foi sendo completado a cada aldeia – isso porque, como logo notou Giannini, o rio foi compartimentado por eles, de modo a que cada aldeia explore os recursos de uma parcela do rio. O mapa, cujas marcações foram feitas a mão, foi preparado pela engenheira cartográfica Márcia Viotto Darci Gonçalves e incorporado, como documento, no relatório apresentado, de modo a demonstrar o grande uso feito pelos Xikrin do rio para navegação entre as aldeias, para Altamira, onde encontram os serviços do estado que lhes atendem, e para acesso a locais de caça, coleta, pesca e cultivo.

Permanecíamos cerca de três turnos em cada aldeia – um dia inteiro e a manhã seguinte, uma tarde e o dia inteiro seguinte...nosso calendário nos impunha pressa, e o traslado de uma aldeia até a próxima durava no mínimo meio dia. Assim, dividimos nosso tempo entre a permanência nas aldeias para as reuniões e o traslado pelo rio desde Altamira e de modo a parar em cada aldeia.

Nestes translados, pessoas escolhidas pelos Xikrin nos ajudavam a marcar os pontos importantes para o uso que eles fazem do rio, assim como os pontos de maior dificuldade de navegação, tendo em vista a possibilidade de maior extensão, no tempo e na intensidade, da seca do rio Bacajá. Desde Altamira, tomamos o cuidado de viajarmos sempre acompanhadas por eles; e a cada aldeia nosso acompanhante mudava, apontando-nos pontos de saída para os igarapés, para os caminhos de caça e de coleta da castanha do Pará, importante fonte de recursos aos Xikrin, poções para a pesca, dificuldades com as cachoeiras e corredeiras, pontos em que o rio seca normalmente dificultando a navegação – ressalte-se que o rio Bacajá oferece inúmeras dificuldades para a navegação quando o rio baixa.

Foi com este material que retornamos para elaborar o relatório final de nosso Estudo de Impacto Ambiental do componente indígena Xikrin da Terra Indígena Trincheira-Bacajá. Reunimo-nos novamente aos colegas que trabalhavam em São Paulo examinando o material que nos foram disponibilizados, e elaboramos um relatório que apresentava a situação dos Xikrin naquele momento, na sua organização social e política e no uso e nas estratégias de uso e manejo que elaboravam naquele momento da Terra Indígena, nos serviços que lhes atendem, nas aldeias e em Altamira, dos profissionais que com eles trabalham, da situação da saúde e da educação escolar, do uso que fazem

do rio. Mais importante, acrescentamos ao relatório a percepção que eles têm dos impactos possíveis no advento da construção de Belo Monte, revista e novamente debatida por eles a partir das novas informações que lhes pudemos levar. Acrescentamos também suas demandas e reivindicações, e suas sugestões e temores. Acrescentamos o mapa com eles elaborado, que documenta o uso que fazem atualmente do rio, e a enorme importância que atualmente o rio tem para eles, para sua sociabilidade assim como para suas estratégias, culturalmente informadas, de exploração e manejo dos recursos naturais da Terra Indígena.

Reunindo nosso material e o dos colegas que trabalhavam os dados secundários do rio, demonstramos a necessidade da elaboração de um estudo realizado com pesquisa direta dos impactos possíveis ao Rio Bacajá no advento da construção de Belo Monte, o que foi acatado pela FUNAI em seu parecer 21, acima citado, e tornado uma condicionante para a licença de implantação do empreendimento no licenciamento prévio emitido pelo IBAMA.

Apresentamos o relatório final aos Xikrin em uma reunião conjunta, tendo presente representantes de todas as aldeias, assim como representantes da FUNAI de Brasília e da na época ainda atuante Administração Regional de Altamira (ADR-ATM), da consultoria Leme Engenharia, responsável pelos Estudos de Impacto Ambiental, e da equipe de elaboração do componente indígena do Estudo de Impacto Ambiental. Esta reunião foi filmada, e o registro é mantido na FUNAI. A reunião foi bastante emotiva, e mesmo comovente: a percepção da gravidade dos impactos havia se consolidado entre eles, mas principalmente tornou-se claro a eles a aceleração do processo. Um dos homens presente nos lembrava que há anos pessoas diferentes vão fazer apresentações a eles usando uma imagem que fala do percurso do tempo com o artifício da imagem de pegadas que ilustram uma caminhada,⁹ o próprio percurso, mas que eles percebem que agora a caminhada foi apressada, e que os passos estão sendo dados mais amiúde...

Por outro lado, a reunião não foi livre de enganos. De fato, foi ficando patente, ao longo dela, a dificuldade dos Xikrin de posicionar cada um dos agentes lá presentes. Afinal, lá estavam representantes dos empreendedores, do estado, na figura da FUNAI, braço do estado responsável por monitorar e garantir os direitos indígenas, e dos responsáveis pelos estudos, além de mim e de Giannini, antigas conhecidas deles, que realizaram os estudos. Afinal, a quem se dirigir? O que manifestar, e como se manifestar?

⁹ Referia-se à figura preparada pelo consórcio para falar das etapas do licenciamento ambiental de Belo Monte, que usa uma linha do tempo e a ilustra com pezinhos que acompanham a passagem do tempo.

O momento em que os Xikrin se manifestaram tornou patente esta dificuldade, já que tomaram por estratégia falar para a câmara, remetendo-se ao responsável por tudo isso, ao grande responsável, e demandando, entre as diversas coisas que apontavam e a que se referiam, seus temores, suas preocupações e suas previsões de impactos, a possibilidade de falarem diretamente com este responsável, que este se apresentasse a eles. Uma audição destas fitas nos revelariam, além das preocupações dos Xikrin e de sua percepção sobre os fatos, também sua dificuldade em elaborar uma percepção sobre os responsáveis pelas decisões, e sobre os responsáveis, portanto, por garantir que seus direitos sejam respeitados, mesmo no advento de um empreendimento que prevê uma redução tamanha da vazão do Rio Xingu exatamente no trecho por eles frequentemente percorrido, com impactos ainda não conhecidos, e portanto previstos, ao Bacajá e às terras em que habitam, produzem, realizam seus rituais e criam seus filhos. Essa dificuldade, em saber quem são seus interlocutores de confiança, quem são os interlocutores privilegiados, ou apropriados, para tratar seu caso em cada um de seus aspectos, ou quem são as pessoas de quem podem e devem demandar e reivindicar seus direitos, persiste, muito embora eu mesma tenha tentado esclarecer esses pontos a eles obscuros diversas vezes – e não podia ser diferente, porque eu mesma sou um desses agentes com que eles têm que lidar agora tendo em vista a possibilidade de Belo Monte, e que se apresenta, portanto, de nova maneira, sendo por eles constantemente revista: minha fala, como qualquer outra, não é consensualmente, unanimemente, ou plenamente aceita.



Figura 2: Domingos fala em reunião com a FUNAI, empreendedor e antropólogos. Foto: Clarice Cohn

Os resultados deste primeiro momento, portanto, foi o relatório apresentado à FUNAI e que foi acrescentado ao Estudo de Impacto Ambiental da AHE Belo Monte, em que se documenta a situação corrente dos Xikrin, de suas terras e do rio Bacajá, a importância atual do rio para eles e suas percepções, aflições, demandas e sugestões de soluções, e em que se argumenta pela necessidade de estudos diretamente realizados no Rio Bacajá, o que está agora em curso – e, em decorrência dele, a condicionante elaborada pela FUNAI e acatada pelo IBAMA em seu licenciamento prévio da realização dos Estudos Complementares no Rio Bacajá.

Muitos novos atores: as mudanças institucionais, no cenário local e nas políticas indígenas

Os Xikrin não se viram apenas com a mudança no projeto de engenharia que modificou os impactos ambientais e para os moradores das áreas de influência do empreendimento. Eles também tiveram que se ver com as mudanças institucionais e na mobilização da população civil, que, com essas mudanças, teve que se reorganizar, além das mudanças nas relações políticas entre os povos indígenas afetados.

De um lado, 2010 é o ano em que se implanta a reestruturação da FUNAI. Assim, acostumados com o funcionamento da Administração Regional de Altamira (ADR-ATM), cuja equipe, que se mantinha há anos, era deles conhecida, viram-se com a modificação da estrutura e de alguns dos membros da agora não mais ADR, mas Coordenação Técnica Local de Altamira. O administrador da ADR se aposenta, e se retira; vários dos demais funcionários permanecem, mas têm que se ver com uma nova estrutura e novas funções; a coordenação passa a ser ocupada por um profissional de sólida formação e grande conhecimento da região, em especial da situação dos índios e de toda a economia regional e do aparato institucional a ela referente, mas que não é do quadro formal da FUNAI e não era conhecido de muitas das populações indígenas da região, tendo trabalhado mais diretamente com os índios citadinos e com os Asurini do Koatinemo; e novos concursos são realizados, trazendo funcionários novos ao quadro da Coordenação (mas não tantos quanto eram esperados quando da definição do novo desenho institucional da FUNAI local).

A meu ver, a mudança no pessoal e na estrutura local da FUNAI é benéfica aos povos indígenas dessa região. O novo coordenador é qualificado e engajado, e novos concursados trazem, sendo novos, o potencial de efetivar uma renovação técnica e nos

modos de se relacionar com os indígenas da região; a equipe anterior já estava inoperante há anos, com pouca capacidade de renovação. No entanto, e infelizmente, este não poderia ser o ponto de vista consensual de todos estes indígenas, tendo em vista que a reestruturação é realizada se justapondo a estas outras mudanças, advindas da mudança do projeto e dos impactos do novo projeto, além da aceleração do passo, da proposta de Belo Monte. Uma grande mobilização contra a reestruturação é feita, e o escritório da FUNAI é ocupado por indígenas de diversas etnias, mas finalmente o novo coordenador pode iniciar seu trabalho. Os Xikrin, em particular, não tiveram tempo de conhecer suficientemente nem o novo coordenador nem as propostas dessa nova FUNAI, e, mais uma vez infelizmente, nem sempre elegem estes novos atores como seus aliados neste processo.

A atribuição ao empreendedor de realizar os estudos de impacto ambiental, inclusive do componente indígena, e de definir, formular e implantar os Planos Básicos Ambientais Indígenas também torna as coisas mais difíceis aos olhos dos Xikrin. Por que é o empreendedor quem deve contratar a equipe que, junto aos índios, definirá as mitigações e compensações que deverão ser assumidas pelo empreendedor. Os Xikrin se perguntam: a quem então devemos recorrer? Qual o papel da FUNAI neste processo? Qual é o papel do empreendedor, que parece assumir para si as atribuições que antes eram da FUNAI? Se tudo isso é difícil a eles – definir com quem se aliar e com quem brigar –, a presença constante da Eletronorte em Altamira, que mantém há muitos anos um escritório local, o período em que a FUNAI ficou acéfala e praticamente inoperante,¹⁰ antes da nomeação do novo coordenador e de sua ida a Altamira para assumir o cargo, e que coincidiu com o leilão do empreendimento, tornou tudo certamente mais difícil.

Em relação à forte mobilização da população local, as coisas não eram menos difíceis. Os Xikrin nunca tiveram muita participação nestas mobilizações, por razões que em grande parte me escapam, já que tiveram seu início antes de minha chegada lá. As imagens fotográficas do encontro de 1989 – a que, como disse, não presenciei, tendo

¹⁰ Ressalte-se que funcionários que não foram afastados na reestruturação, e enquanto não era nomeado o Coordenador, mantinham aberto o escritório da FUNAI, e que vários deles, exatamente os que mantinham um contato mais direto com os indígenas, em represália ou manifesto contra a reestruturação, os recebiam apenas para dizer que nada podiam fazer e falar mal da reestruturação. A Casa do Índio, mantida há décadas pela FUNAI para os indígenas de passagem em Altamira e que não estejam aos cuidados dos serviços de saúde – ou não tenham recursos próprios - se hospedarem e alimentarem, foi completamente abandonada durante este período, sem que fossem servidas refeições e sem a limpeza básica. As consequências disso para a percepção indígena local das novas atribuições da FUNAI pode ter sido desastrosa.

ocorrido anteriormente à minha chegada na região – mostram uma grande participação dos Xikrin, e eles relembram este momento com entusiasmo.



Figura 3: Os Xikrin participam do Encontro em Altamira, 1989.
Fonte: Instituto Socioambiental

No entanto, estiveram pouco presentes nos eventos posteriores. Quando estive com eles em Altamira em 2008, momento em que ocorria o encontro promovido pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre, eles se mantiveram na Casa do Índio em Altamira, quando todos os outros participantes indígenas se hospedaram no sítio Bethânia, mantido pela Prelazia do Xingu.¹¹ Eles diziam, à época, que não confiavam no CIMI – outro ator que tem sofrido mudanças nos últimos anos, mas que era importante parceiro da causa indígena quando os conheci -, porque, explicavam, da última vez que haviam se hospedado na Bethânia passaram fome, já que a comida era dada preferencialmente aos demais indígenas – uma reclamação que soará talvez menos surpreendente abaixo.

O fato é que as diversas organizações, e o Movimento Xingu Vivo para Sempre, não sabiam como se aproximar dos Xikrin. Nas décadas anteriores, não tinham se articulado com eles, e eles foram mantidos às margens do processo; de repente, eles entram em foco e ocupam o papel central nos impactos a terras e povos indígenas, e fazia-se necessário que eles se organizassem, se mobilizassem, participassem do movimento contra a construção da barragem.¹² Revelou-se, agudamente, a difícil

¹¹ Veja-se o depoimento de Don Erwin Kräutler, Bispo do Xingu, sobre a mobilização de 1989, a participação (que se manteve fundamental ao longo de todo o tempo) da Prelazia do Xingu, e a alocação dos manifestantes na Bethânia, Centro de Formação da Prelazia do Xingu, em sua Mensagem de Abertura, no o livro organizado por Oswaldo Sevá, *Temotã-Mõ, Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*, publicado pelo International Rivers Network em 2005, disponível pela internet <http://www.internationalrivers.org/files/Tenotã-Mõ.pdf>.

¹² Quero aqui ressaltar o respeito que tenho por este movimento que se organiza na luta contra a barragem e para salvar o Xingu há anos, com muito profissionalismo, e correndo riscos inúmeros. Em momento algum pretendo deslegitimá-los; aponto aqui apenas a dificuldade de articulação deste movimento com os Xikrin, particularmente.

conciliação entre as políticas indígenas e os mecanismos das políticas não-indígenas, que se mostram tão frequentemente. Estas sociedades *contra* o Estado, que, como diz Pierre Clastres (2003), negam a emergência do Estado em seu seio, têm que se ver face a Estados com mecanismos estatais e institucionalizados não só de controle, mas também de resistência e manifestações contrárias a ele. Tendo ficado de fora, ou em uma posição marginal, deste processo por décadas, os Xikrin não formaram seus representantes, não aprenderam a “fazer política,” não aprenderam a se mobilizar – e isso agora lhes custa caro, já que seu posicionamento (claro, o “correto”) lhes é exigido, e esta sua dificuldade não é lida como fruto deste alijamento, mas como comprometimento com os que querem a construção da usina.

E, por fim, os demais indígenas. De um lado, aqueles que com eles convivem na mesma região – com estes inimigos históricos os Xikrin têm aprendido a conviver, com um misto de inimizade e alianças (Cohn 2006). Mas tudo tem mudado também neste ponto por um fenômeno recente e que traz uma significativa modificação nas relações interétnicas indígenas: o reconhecimento, e fortalecimento, dos cidadãos. Estes têm ocupado uma série de cargos – na FUNAI, na FUNASA, na SEMEC – e atuado como conselheiros em diversos setores, como os Conselhos de Saúde Indígena. Claro está que a maior participação indígena nos órgãos de estado responsáveis pelo atendimento a sua saúde e educação escolar é bem vinda, e que a atuação como conselheiros é fundamental. Mas essa mudança de cenário faz com que seja modificada também uma relação de forças que se invertem: se até cerca de uma década atrás o cenário indígena estava tomado pelos “índios aldeados,” o jargão da FUNAI para os que vivem em Terras Indígenas, agora o cenário está fortemente marcado pelos cidadãos, que estão em diversos postos. Isso completa o quadro da população indígena efetivamente residente na região, mas tem gerado uma situação de sub-representação de alguns destes povos. Se o momento atual é uma inversão do anterior, espero que possa ser reequilibrado. De qualquer modo, é também uma mudança importante com que os Xikrin têm tido de lidar.

Por fim, o ponto mais crítico: a dificuldade dos Xikrin de se articularem a este movimento dadas as relações sempre ambíguas, e marcadas pela inimizade, com os demais Kayapó. Os Xikrin do Bacajá são os Kayapó – Mebengokré, como se autodenominam todos os Kayapó – mais a norte, e viveram uma relação com o mercado

regional muito diversa.¹³ Eles se mantiveram também razoavelmente marginais – e marginalizados – das mobilizações pan-Kayapó. Não podiam bancar por si as custosas e longas viagens para as aldeias mebengokré a montante do rio, e eram raras as vezes que viam chegar um avião mandado por estes seus parentes distantes para lhes buscar e participarem das reuniões. Não foram poucas as vezes que, em minhas estadias nas aldeias, os vi se comunicando por rádio e confirmando seu interesse em participar das reuniões, pedindo confirmação de que um avião seria mandado para buscar uma comitiva da TI Trinchreira-Bacajá – mas vi apenas uma vez um avião pousar lá com este propósito, para levar o líder Bep-Djoiti.

Já indiquei que as imagens fotográficas revelam a grande participação dos Xikrin no encontro de 1989, e que eles falam deste momento com entusiasmo.¹⁴ Qual não foi minha surpresa quando, juntando-me a eles em 2008, quando o Movimento Xingu Vivo para Sempre realizava um grande encontro 19 anos depois, os vi sem adornos, mantendo-se na Casa do Índio, sem participar da concentração no sítio Bethânia. Nada entendia: a meu ver, eles deviam ser parte importante da mobilização, sendo parte dos povos indígenas que veriam a barragem e as turbinas sendo construídas em seus quintais, e não entendia este alijamento. Eles me diziam que ficavam mais confortáveis na Casa do Índio, que lá teriam garantia de serem alimentados, já que na Bethânia haviam passado fome em detrimento dos índios que vinham de fora, e reclamavam que ninguém os havia mandado buscar – uma história, como vimos, a eles longamente conhecida, mais dura porque viam chegar ônibus lotados vindos do Parque Indígena do Xingu, trazendo os índios do Alto Xingu, os Panará, os Juruna (Yudjá), e inúmeros Kayapó. Estavam presentes também outros povos indígenas do Pará, tais como os Tembé, e muitos outros.

O encontro de 2008 foi realizado no Ginásio Poliesportivo, e ganhavam credenciais para permanecer o que se tornara o palco principal, as quadras, mantidas

¹³ Veja-se Fisher 2000 para a história recente dos Xikrin do Bacajá e suas estratégias de inserção no mercado regional; compare-se com os Xikrin do Cateté (Gordon 2006) e com os Gorotire (Inglez de Souza 2000).

¹⁴ Quando fui visitar pela primeira vez em Belém no Forte do Castelo que havia sido recém inaugurado após uma reforma e restauração, entrei na mostra que eles mantêm no forte e fui recebida por uma grande imagem fotográfica de Tedjere, o Domingos, do Bacajá, tomada quando ele esteve em Altamira para o encontro de 1989. A imagem não tinha créditos, mas lá estava ele, ornado e com sua borduna, na reunião. Em compensação, e inversamente, foi ele também que foi indicado para entregar a carta dos povos indígenas de Altamira com suas críticas e reivindicações ao Presidente Lula em sua visita a Altamira em 2010, carta altamente crítica e assinada também pelos Xikrin, mas sua imagem aparece, recebendo um abraço de Lula, como que amigável, na capa do CD distribuído pela Eletronorte e que tem por título “Visita do Presidente Lula.”

fechadas por cordas, membros dos movimentos locais, jornalistas, e indígenas. Os poucos Xikrin presentes em Altamira se credenciaram, e dividiram o palco com uma grande massa de outros Kayapó lá reunidos, além dos outros povos. O modo como cada povo indígena se posicionou neste encontro valeria um artigo a parte, mas estava claramente marcado pela força relativa na mobilização, e pela força advinda do impacto midiático de seus corpos adornados, de suas danças, e de suas falas. Até onde pude perceber, afora o posicionamento dos Kayapó, povo indígena com maior número de participantes, nas cadeiras distribuídas pela quadra nos dois lados do palco montado para os discursos, os demais arranjos foram espontâneos: ladeando imediatamente o palco, sentaram-se os representantes do Alto Xingu, tendo os Panará e os Juruna, do Médio e Baixo PIX, ao fim desta fila; os Tembé, Munduruku, Tapirapé, Gavião, e todos os outros povos, sentaram-se à frente do palco próximo das arquibancadas, junto aos demais representantes de movimentos, como os movimentos das mulheres e dos atingidos por barragens, mesclando-se. Os povos de Altamira sentaram-se atrás dos Kayapó, também próximos às arquibancadas, mantendo-se também no ponto mais distante deste concentrismo indígena. Os Xikrin, em especial, vieram os Kayapó ornados e armados, e realizando uma coreografia de mobilização a cada momento crucial, que tinha por ponto principal um discurso e uma volta de Tuíra portando seu facão.

Não quero aqui dar a entender que os Xikrin são vítimas desse processo e devem merecer piedade, embora enfatize seu alijamento em todos estes processos. Pelo contrário, atuaram ativamente e animadamente nas danças com que o evento foi iniciado e que eram realizadas a cada novo dia do evento, em que cada povo entrava no ginásio apresentado suas danças e cantos, dando uma volta na quadra, e se sentando, dançando duro e forte; e logo estavam adornados e armados, nem que fosse com as armas de outros indígenas presentes, de quem compraram, com quem trocaram, de quem rapinaram, em um movimento típico deles.¹⁵ Mas sua participação dependeu em tudo de seu moto próprio, em transporte, hospedagem, alojamento, alimentação, e posicionamento na própria quadra e na mobilização.¹⁶ Mais uma vez, o efeito para eles

¹⁵ As danças e a competição pela atenção da mídia por cada etnia representada é algo que merece também uma reflexão mais detalhada, já que revelou o que cada um apresentava como próprio, estratégias de engajamento do público, e competições pela atenção e pelo impacto sonoro e visual que me foram fascinantes; para o dançar forte e duro, importante característica atribuída pelos Xikrin a seus rituais a à participação neles, ver por exemplo Fisher 1996, Cohn 2000 e Gordon 2006; para esta sua prática de pegar as coisas dos outros e com elas se produzir a si mesmos, ver Versvijwer 1992, Gordon 2006 e Cohn 2006.

¹⁶ Foi ao perceberem a presença dos Xikrin do Ginásio que os organizadores vieram me perguntar os nomes das lideranças presentes; não sendo os presentes lideranças, não sabia o que fazer. Furneci os nomes dos presentes, que se apresentaram com danças e canções para tomar seu lugar ao lado dos representantes

deste encontro foi muito ruim, de vários modos: eles foram culpados pela população local pela “bagunça” feita pelos índios, em especial o corte no braço do engenheiro, quando haviam sido e se sentido marginalizados durante todo o encontro.

Desde então, os Xikrin dizem que não querem Kayapó vindo de longe para “fazer bagunça” na casa deles. Mas, desde então, têm visto outras mobilizações que trazem Kayapó de fora sem conseguir de fato articular com eles – cada vez mais, porque sua exigência de não trazê-los não tem sido nem respeitada, nem ouvida, e, quando tal, tem sido mal vista e mal interpretada. Em agosto de 2010, o Acampamento Terra Livre aconteceu em Altamira, com a presença de líderes Kayapó como Raoni, e os Xikrin não estavam presentes; de fato, me disseram que os que estavam em Altamira retornariam às aldeias antes da chegada dos Kayapó, que os viriam ameaçando pelo telefone. Diziam que, se ficassem, a guerra seria inevitável, e para isso teriam que se retirar.

Ao menos quatro coisas têm que ser levadas em consideração: a inimizade histórica dos Xikrin com os demais Kayapó,¹⁷ o alijamento dos Xikrin das mobilizações até então, não só referentes a Belo Monte, e não só pelos demais Kayapó, mas por todo o movimento organizado de Altamira, e o fato de que há uma disputa pela frente da mobilização, os Kayapó, historicamente associados à luta contra a barragem, não se dispendo a abrir mão deste posto em prol dos Xikrin, agora os mais diretamente atingidos, e a dificuldade ainda presente de por em prática uma estratégia de luta que não guerreira. As mudanças têm desfavorecido os Xikrin de todos os lados, e sua dificuldade em se articular com o movimento organizado não-indígena, de negociar uma aliança com os Kayapó, e de entender as mudanças institucionais tem-lhes custado caro: eles são atualmente acusados, por diversos atores, de terem se vendido. O ciclo vicioso se fecha, e eles parecem não ter mais saída.

Enquanto isso, estão preocupados também com seu futuro próximo, com os próximos passos, agora que perceberam que os passos para a construção da barragem se aceleraram, como nos disse Sulamita na reunião no Bacajá. Entre elas, a realização dos Estudos Complementares do Rio Bacajá, a condicionante que falta efetivar e que é, como dizíamos acima, crucial para conhecer e projetar os possíveis impactos sobre seu rio, e a formulação e garantia de implantação dos Planos Básicos Ambientais Indígenas, caso seja construído o empreendimento, fundamental para que muitos de seus temores sejam

indígenas na mobilização, mas sem adornos e pintura, o que era uma situação, para um Mebengokré, muito constrangedora. Até hoje não sei qual teria sido a atitude mais correta, ou menos desrespeitosa.

¹⁷ Para tal, ver Vidal 1977, Versvijwer 1992, Fisher 1991 e 2000, e Cohn 2006.

minorados. Quando nos reunimos com eles, pudemos perceber que suas preocupações são claras e sua percepção aguda. Eles estão preocupados com seu acesso a Altamira, pelas condições de navegabilidade do Rio Bacajá e da Volta Grande do Xingu, e pelas condições de transposição da barragem; com as condições sanitárias e a possibilidade de aumentos das zoonoses, com a criação pela seca prolongada de lagos que virem reservatórios de mosquitos da malária, entre outros; com as condições da água e de sobrevivência dos peixes e animais que dependem dela; com as condições das águas para o banho e o uso para lavagem de roupas, utensílios, etc.; com a pressão antrópica e a invasão de suas terras;¹⁸ com a sobrecarga dos serviços de saúde e educação. São todas preocupações que demandam cuidados urgentes, e os Xikrin sabem que não podem descuidar de acompanhar e exigir os estudos do rio Bacajá, ainda não devidamente estudado e assim sem a possibilidade de se prever impactos, e os programas de mitigação e compensação que serão cruciais para eles caso a barragem seja construída. O ciclo se fecha, os estrangulando, mais uma vez: lutar por essas coisas parece aos olhos de muitos ter se vendido.

Por fim, os Xikrin parecem estar tendo dificuldades de imaginar como se pode lutar contra o empreendimento sem fazer guerra. Tenho argumentado (Cohn 2006) que eles têm tido sucesso em fazer guerra por outros meios, ou seja, manter a produtividade que tiravam da guerra, nas suas relações de diferença, por outros meios, tais como encontros indígenas, jogos indígenas, torneios de futebol, reuniões de formação de Agentes Indígenas de Saúde e Saneamento, utilização de registros audiovisuais, viagens em geral. No entanto, este parece ser um caso limite. Sem fazer guerra, sua reação contrária lhes parece ineficaz; fazer guerra é impossível hoje, pacificados que são, porque não é um meio reconhecido pelo Estado. Resta-lhes os meios reconhecidos e legitimados – mesmo que no contrapelo – pelo Estado, os quais eles, por sua vez, não reconhecem ou dominam. Kayapó (e guerreiros) demais, eles tornam-se por isso mesmo inoperantes, e são acusados de serem Kayapó de menos, e vendidos.

Nem os Xikrin, nem eu, sabemos muito bem como atuar neste momento. É dessa relação que passo a tratar agora.

¹⁸ Duas cisões ocorreram desde nossa visita em 2009, e, de quatro aldeias à época, hoje são seis; uma delas é resultado da apreciação de que é necessário ocupar uma região de fronteira seca.

A atuação dos antropólogos: questões de ética e (novas) relações com os sujeitos de pesquisa

Trabalho com os Xikrin do Bacajá desde o início da década de 1990, quando fui levada por Lux Vidal, minha orientadora à época, na minha Iniciação Científica, e depois na pós-graduação, para fazer uma pesquisa que se tornou com um tempo um estudo das concepções de infância e aprendizagem. À época, Lux estava engajada na revisão das terras dos Xikrin, que resultou em sua ampliação em 1995, tornando-se então a TI Trincheira-Bacajá. À época também, as relações com FUNAI e madeireiros eram tensas (Fisher 2000). Os Xikrin me acolheram com carinho e entusiasmo, mas me avisaram para me manter à parte destes debates. Foi o que fiz, por anos, tendo acompanhado mais de perto apenas a definição de um plano de manejo ambiental para exploração sustentável da madeira que no entanto não chegou a ser implantado. Mas Belo Monte não permitiria que isso permanecesse assim.

Em princípio, isso não foi um problema na nossa relação, embora tenha sido para mim um enorme dilema ético. Preferiria, claro, que nada disso estivesse acontecendo, que Belo Monte não existisse, e por diversas vezes me peguei me perguntado por que isso tinha que acontecer comigo, só para então lembrar que isso acontece afinal com eles! E, quando um antropólogo se engaja neste tipo de processo, imagino que poucas vezes consiga evitar a impressão de que de algum modo colabora com ele. O raciocínio é mais ou menos assim: se os estudos complementares são condicionantes para a licença de instalação do empreendimento, não se o faça, e o empreendimento não se instalará. Mas sabemos todos que isso é um ledão engano: se não o faço eu, o farão outros, com menos experiência e comprometimento com os Xikrin. Por eles, a necessidade de participar do processo se impôs.

Os Xikrin me indicaram. Não só a mim, como mencionei acima, mas aos três antropólogos que trabalharam com eles mais diretamente. Receberam-me, e à Isabelle Giannini, que trabalhou com os Xikrin do Cateté por muitos anos, com entusiasmo e carinho, e colaboraram como puderam para que nosso relatório, feito com tão pouco tempo de campo e de redação, pudesse se tornar um documento da importância que o rio tem para eles e de suas preocupações e percepções. Mas, em uma reunião, à noite, ouvi “a Clarice é nossa salvadora.” Não tenho dúvidas de que não sou, e não tenho dúvidas que não poderia ser, nem teria poderes para tal. Neste momento ficou claro um temor que tinha desde antes e já havia levado comigo, embora silenciosamente: estar com eles

neste debate significa colocar em risco a relação que construímos estes anos todos. Mais que isso, nunca escondi minha posição contrária a Belo Monte – e, como sua posição tem sido tão criticada por todos, eles se preocuparam comigo também. Recebo uma mensagem estes dias que me conta que eles estão se questionando se eu ainda gosto deles, já que sou contrária a Belo Monte. Gosto, sem dúvida; mas preferiria, de meu lado, poder tê-los auxiliado a se posicionar mais claramente contra Belo Monte, garantindo-lhes, e os auxiliando a garantir, ao mesmo tempo, as condições para, caso o empreendimento seja construído, ter programas adequados de mitigação e compensação. A confusão, como se vê, é grande.

Minhas dificuldades, como antropóloga, poderiam ser elencadas, resumidamente, nos seguintes pontos: um constante incômodo ético, muito embora a certeza de que não posso me furtar de acompanhar os Xikrin neste processo; um temor de que isso abale para sempre nossa relação; a dificuldade em ter que lidar com os empreendedores, ou seus contratados – empresas de consultoria e engenharia –, tão diretamente, já que a FUNAI intermedia a relação com os indígenas, elabora os termos de referência e protocola os planos de trabalho e os relatórios, mas os processos de licenciamento, tal como estão definidos hoje, colocam os antropólogos em direta relação com os responsáveis pelos Estudos de Impacto Ambiental; a dificuldade em acompanhar os posicionamentos dos Xikrin e seus modos de fazer política, e de perceber minha minúscula capacidade de intervenção neste processo; a dificuldade em auxiliar na articulação com o movimento organizado já engajado na luta contra a barragem, dada a dificuldade mesmo de comunicação e entendimentos entre eles e os Xikrin, muito embora tenhamos tentado, de ambos os lados.

Depois do campo para o relatório do EIA e do retorno dos resultados do estudo em reunião conjunta, fiz algumas outras viagens a Altamira. Nenhuma delas, até o momento, foi para dar continuidade aos estudos de impacto – os estudos complementares estão, neste momento em que escrevo, em processo de protocolação dos planos de trabalho pela FUNAI, tendo sofrido todos os atrasos a que me referia anteriormente, e devido à tentativa, barrada pela FUNAI em outubro, de fazê-lo fora da TI. Mas fiz viagens que me permitiram acompanhar, com eles, este processo.

Uma das mais impactantes – vou usar o termo aqui, e permito-me estender a referência para indicar que, a seu modo, os antropólogos que atuam junto às comunidades impactadas por este tipo de empreendimento são também impactados – foi logo depois do leilão, que aconteceu em abril de 2010. Os Xikrin tinham acabado de

receber a visita de James Cameron e comitiva (a quem eu não levei, a que eu não fui convidada, nem participei da negociação ou articulação, nem consegui ter notícias sobre acordos como, por exemplo, o uso das imagens por eles feitas e os direitos de imagem), e estavam certos, e haviam sido assegurados, de que nada mais acontecia. Parecia-lhes um evento midiático do porte de 1989, Cameron sendo o novo Sting.... eles me disseram, por telefone: “achávamos que não poderia mais acontecer, e vem a notícia do leilão; eles vão fazer, né, Clarice?”

Reuni-me com eles por uma semana em Altamira, apresentando-lhes o Parecer Técnico 21, da FUNAI, o ofício da FUNAI ao IBAMA, e o licenciamento prévio emitido pelo IBAMA. Todos documentos públicos, mas que não haviam sido apresentados a eles por ninguém, de nenhum desses órgãos, ou local.¹⁹ Os Xikrin não tinham conhecimento do andamento do processo, e do que lhes cabia. E este foi um momento em que tiveram que decidir o que fazer. O momento era ruim, e de grande comoção. Havia ficado impactados com a notícia tão repentina no leilão, e haviam organizado um acampamento no Sítio Pimentel, onde se planeja a construção da barragem, em protesto, com diversos outros indígenas na região. Quando chego lá, tudo havia se desmobilizado, e não se consegue saber bem por que. Os Xikrin se recusam a ficar no sítio, a meio caminho de suas aldeias para Altamira, preferindo ir à cidade se reunir com os demais manifestantes para juntos irem para lá. Sua recusa é lida pelos não-indígenas que apoiaram a manifestação como uma recusa de participar – quando o que eles diziam é que não ficariam lá como patos boiando no meio do rio para serem alvejados (a imagem é deles), sem embarcação para sair se fosse o caso, necessitando de um planejamento da sua permanência e garantias mínimas de segurança. Preocupava-lhes também a perspectiva de dar a entender que abandonavam suas terras, e de ocupar terras de outros. Os demais indígenas ficaram esperando as embarcações combinadas sem que estas nunca chegassem. E este foi o melancólico fim do que seria uma linda manifestação, das mais belas manifestações indígenas de que tenho notícia – uma aldeia multiétnica no sítio onde se planeja construir a barragem.

A comoção e a tensão da situação lhes colocou mais uma vez a questão de como agir. Resolveram ser necessário garantir o estudo complementar do Bacajá, e acompanhar de perto os PBA indígenas. Disseram-me também da impossibilidade do

¹⁹ Só para lembrar, este é o momento de transição da FUNAI local, tendo se retirado o administrador regional que atuava anteriormente e não tendo sido ainda conduzido o novo coordenador – o que não redime a FUNAI, que tem um quadro nacional que, imagino, poderia atuar neste processo.

enfrentamento direto, já que, disseram, se fosse para fazê-lo, ele teria que ganhar o formato da guerra, que eles sabem impossível hoje. Elaboramos uma carta requisitando uma reunião de esclarecimento que contasse com a presença da FUNAI, do IBAMA, da 6^a. Câmara, da Procuradoria de Altamira, do empreendedor, e que reunisse os povos indígenas da região, que foi encaminhada, pelo novo coordenador, assim que foi conduzido ao cargo, pouco tempo depois disso, à Presidência da FUNAI.

A reunião nunca aconteceu. Em agosto, em reunião com os Xikrin novamente, percebo que eles novamente mudaram as estratégias. Tenho a impressão de que nunca consigo fazê-los coincidir com minha percepção das alianças a eles interessantes, ou ajudá-los a formar o quadro completo, como já havia sentido na reunião na aldeia do Bacajá, com a FUNAI, a Leme Engenharia, o empreendedor. Debato com eles o quanto acho que posso, irritada mesmo com o que me parecia sua incapacidade de definir as alianças que lhes seriam favoráveis e importantes, e me questiono até quando posso ir neste tipo de intervenção. Como diz Gallois (2000), a atuação do antropólogo em laudos e processos de licenciamento é uma forma de tutela, que deve ter por horizonte a ação política indígena direta. Depois de ter estudado por tanto tempo, lido tanto sobre isso, conversado tanto com os Xikrin, sobre as estratégias políticas e de relações interétnicas e com a sociedade nacional brasileira, orgulhando-me de sua capacidade de se tornar “pacificados,” como a eles se refere o Estado, reinventando suas guerras, ver agora Belo Monte bagunçar o coreto, e perceber a ineficácia de sua ação política, e minha própria ineficácia em auxiliá-los a tornar essa ação mais eficaz, tem sido, no mínimo, impactante.

Hoje, tento viabilizar a definição de um “marco zero” do Rio Bacajá, um diagnóstico de sua situação atual e uma previsão de impactos, para garantir que as mudanças decorrentes do empreendimento que, Sulamita tem cada vez mais razão, tem tido seu processo de implantação acelerado, recebendo o recado de se ainda gosto deles. Gosto. Não tenho dúvida. Mas sofro em acompanhar seus tropeços, e minha incapacidade de sequer me convencer a agir de modo a torná-los algo diferente do que são. Os Xikrin estão lidando com algo tão grande que eles até agora não puderam dimensionar, ou o fizeram apenas em seus piores pesadelos. Belo Monte sendo construída, os impactos serão muitos e grandes. Os impactos em nossa relação são para mim também desconhecidos, e talvez dimensionados apenas em meus piores pesadelos. Mas tenho tentado acompanhá-los, como posso, neste difícil momento. Espero, apenas,

que eu possa estar junto a eles, os acompanhado nesta outra fase de sua já tão difícil e sofrida história.

Clarice Cohn

Programa de Pós-graduação em Antropologia Social
Universidade Federal de São Carlos

Referências bibliográficas

- BERMANN, C.; HERNANDEZ, F. M. A usina de Belo Monte: energia e democracia em questão. *Política Democrática* (Brasília), v. Ano IX, p. 43-57, 2010.
- BERMANN, Celio. Crise ambiental e as energias renováveis. *Ciência e Cultura* (SBPC), v. 60, p. 20-29, 2008.
- _____. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. *Estudos Avançados*, v. 21, p. 139-153, 2007.
- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- COELHO DOS SANTOS, Sílvio; NACKE, Aneliese (org.). *Hidrelétricas e povos indígenas*. Florianópolis, letras contemporâneas, 2003.
- COHN, Clarice. *A criança indígena. A concepção xikrin de infância e aprendizado*. Tese (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, 2000.
- _____. *Relações de diferença no Brasil Central: os mebengokré e seus outros*. Tese de doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, 2005.
- FISHER, William H. *Dualism and its Discontents: social organization and village fissioning among the Xikrin-Kayapo of Central Brazil*. Ph.D. Dissertation – Faculty of the Graduate School of Cornell University, 1991.
- FISHER, William H. *Kayapo leaders, public associations, and ethnophysiology of age and gender*. Paper prepared in advance for participants in Symposium no. 121, “Amazonia and Melanesia; Gender and Anthropological Comparison”, 1996.
- FISHER, William H. *Rain Forest Exchanges. Industry and Community on an Amazonian Frontier*. Washington, Smithsonian Institution Press, 2000.
- GALLOIS, Dominique. 2000. *Antropólogos, Índios, ABA, Funai: mediações necessárias?*. Revista Parabólicas, n° 59 agosto/setembro. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/website/parabolicas59/artigos/dominique1.htm>
- GORDON, Cesar. *Economia Selvagem. Ritual e Mercadoria entre os Índios Xikrin-Mebêngôkre*. São Paulo: UNESP/ISA/NuTI, 2006.
- INGLEZ DE SOUZA, Cássio Noronha. *Vantagens, vícios e desafios. Os Kayapó Gorotire em tempos de desenvolvimento*. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, 2000.
- LEA, Vanessa. *Nomes e Nekrets Kayapó: uma concepção de riqueza*. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional – UFRJ, mimeo. 1986.

- LEITE, Ilka Boaventura (ORG). *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis : Co-edição NUER/ABA, 2005.
- MIRAS, Julia Trujillo; GONGORA, Majoí Fávero; MARTINS, Renato; DO PATEO, Rogerio (ORG.). *Makunaima Grita! Terra indígena Raposa Serra do Sol e os Direitos Constitucionais no Brasil*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2009.
- SANTOS, L.A.O. & ANDRADE, L.M.M. de (orgs.). *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.
- SEVÁ FILHO, A.O. (ORG.) 2005 *Tenotã-mõ: Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*, International Rivers Network. Disponível em: <http://www.internationalrivers.org/files/Tenotã-Mõ.pdf>
- _____. *Belo monte de mentiras!* Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/content/blogcategory/69/179/>. Acesso em 10 de Janeiro de 2011.
- SOUSA, Cássio Noronha Inglez De; ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro De; LIMA, Antonio Carlos De Souza; MATOS, Maria Helena Ortolan (ORG.). *Povos Indígenas: Projetos E Desenvolvimento II*. Rio de Janeiro: Laced, 2010.
- TURNER, Terence (1979b) – “Kinship, household, and community structure among the Kayapó”. In: Maybury-Lewis (org.). *Dialectical Societies: the Gê and Bororo of Central Brazil*. Cambridge, Harvard University Press, 1979.
- TURNER, Terence. 1991. “*Baridjumoko em Altamira*”. In: *Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90 – CEDI*.
- VERSWIJVER, Gustaaf. *The Club-Fighters of the Amazon. Warfare among the Kayapo Indians of Central Brazil*. Gent, 1992.
- VIDAL, Lux. *Morte e Vida de uma Sociedade Indígena Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1977.

Documentos:

- Parecer técnico nº 21/CMAM/CGPIMA-FUNAI - Análise do Componente Indígena dos Estudos de Impacto Ambiental. 2009. Disponível em: http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/BeloMonteFUNAI.pdf
- Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) Componente Indígena. Plano de Trabalho para a realização dos Estudos Socioambientais na TI Trincheira Bacajá. Disponível em: <http://tinyurl.com/49tutnk>
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis LICENÇA PRÉVIA Nº 342 /2010. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/wp-content/files/LP342-2010-Belo-Monte.pdf>

Para mais informações:

- Especial ISA Belo Monte: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/index.asp>
- International Rivers Network: <http://www.internationalrivers.org/>
- Movimento Xingu Vivo Para Sempre: <http://xingu-vivo.blogspot.com/>
- Blog de Telma Monteiro: <http://telmadmonteiro.blogspot.com/>

Recebido em 21/01/2011
Aprovado em 21/01/2011